EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE DÉBITO Edital nº 11/2014. Fundamento: Art. 23 da Lei 1195/1954, art. 39 §§ 1º e 2º da Lei Federal 4.320/1964 C/C art. 160 do Código Tributário Nacional, art. 406 do Código Civil, art. 161 Código Tributário Nacional, art. 2º § 5º da Lei Federal 6.830/1980, art. 2.028 Código Civil. Notificado: Tânia Geralda Rosa. Período: março/2006 a julho/2013. Valor apurado: R\$ 88.189,67 (oitenta e oito mil cento e oitenta e nove reais e sessenta e sete centavos). O IPSEMG, por meio do presente edital, notifica Tânia Geralda Rosa por se encontrar em local incerto e não sabido, do débito de sua responsabilidade, relativo ao período informado, com os acréscimos legais, face ao disposto nas normas aplicáveis à espécie (art. 39 §§ 1º e 2º da Lei Federal 4.320/1964, art. 2º § 5º da Lei Federal 6.830/1980, art. 2.028 Código Civil). O débito em questão foi corrigido nos termos da legislação vigente, conforme planilha de cálculo, à disposição da interessada no Departamento de Arrecadação, com fulcro no art. 406 do Código Civil e art. 161 do Código Tributário Nacional e na Deliberação do Conselho Deliberativo 12/2004. Fica, portanto, V.S.ª, notificado a promover, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação deste, o pagamento do valor em favor do IPSEMG, por meio de Documento de Arrecadação Estadual visada pela autarquia ou, em igual prazo, firmar ajuste para o parcelamento do mesmo, nos termos da legislação vigente, ou ainda, no mesmo prazo, impugná-lo, sob a pena de revelia e reconhecimento do débito. Havendo impugnação, esta deverá ser endereçada à Diretoria de Planejamento Gestão e Finanças do IPSEMG, com menção ao Edital nº 11/2014, podendo ser protocolizada no Protocolo da Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves (Prédio Gerais 1º andar, Rod. Prof. Américo Gianetti, s/nº, Serra Verde, Belo Horizonte/MG, CEP 31.630-901), ou encaminhada ao mesmo endereço por via postal, com aviso de recebimento. A falta do pagamento, do parcelamento ou da impugnação no prazo citado, bem como a decisão denegatória de recurso em instância final, importará no encaminhamento do débito para inscrição em dívida ativa, conforme determinam as normas vigentes (art.16, §1º e 2º, da Lei Estadual 9.380/1986, arts. 1º ao 6º da Lei Estadual 13.404/1999, Decreto Estadual 26.562/1987). E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, foi expedido o presente edital e publicado na Imprensa Oficial. Carla Maria Santos Corrêa– Chefe do Departamento de Arrecadação.

Edital nº 12/2014. Fundamento: art. 39 §§ 1º e 2º da Lei Federal 4.320/1964 C/C art. 160 do Código Tributário Nacional, art. 406 do Código Civil, art. 161 Código Tributário Nacional, art. 2º § 5º da Lei Federal 6.830/1980, art. 2.028 Código Civil. Notificado: Kélvia Sarmiento da Silva. Período: maio/2012. Valor apurado: R\$ 20,43 (vinte reais e quarenta e três centavos). O IPSEMG, por meio do presente edital, notifica Kélvia Sarmiento da Silva por se encontrar em local incerto e não sabido, do débito de sua responsabilidade, relativo ao período informado, com os acréscimos legais, face ao disposto nas normas aplicáveis à espécie (art. 39 §§ 1º e 2º da Lei Federal 4.320/1964, art. 2º § 5º da Lei Federal 6.830/1980, art. 2.028 Código Civil). O débito em questão foi corrigido nos termos da legislação vigente, conforme planilha de cálculo, à disposição da interessada no Departamento de Arrecadação, com fulcro no art. 406 do Código Civil e art. 161 do Código Tributário Nacional e na Deliberação do Conselho Deliberativo 12/2004. Fica, portanto, V.S.ª, notificado a promover, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação deste, o pagamento do valor em favor do IPSEMG, por meio de Documento de Arrecadação Estadual visada pela autarquia ou, em igual prazo, firmar ajuste para o parcelamento do mesmo, nos termos da legislação vigente, ou ainda, no mesmo prazo, impugná-lo, sob a pena de revelia e reconhecimento do débito. Havendo impugnação, esta deverá ser endereçada à Diretoria de Planejamento Gestão e Finanças do IPSEMG, com menção ao Edital nº 12/2014, podendo ser protocolizada no Protocolo da Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves (Prédio Gerais 1º andar, Rod. Prof. Américo Gianetti, s/nº, Serra Verde, Belo Horizonte/MG, CEP 31.630-901), ou encaminhada ao mesmo endereço por via postal, com aviso de recebimento. A falta do pagamento, do parcelamento ou da impugnação no prazo citado, bem como a decisão denegatória de recurso em instância final, importará no encaminhamento do débito para inscrição em dívida ativa, conforme determinam as normas vigentes (art.16, §1º e 2º, da Lei Estadual 9.380/1986, arts. 1º ao 6º da Lei Estadual 13.404/1999, Decreto Estadual 26.562/1987). E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, foi expedido o presente edital e publicado na Imprensa Oficial. Carla Maria Santos Corrêa– Chefe do Departamento de Arrecadação.

Edital nº 13/2014. Fundamento: art. 39 §§ 1º e 2º da Lei Federal 4.320/1964 C/C art. 160 do Código Tributário Nacional, art. 406 do Código Civil, art. 161 Código Tributário Nacional, art. 2º § 5º da Lei Federal 6.830/1980, art. 2.028 Código Civil. Notificado: Robson Soares Fernandes. Período: agosto/2012 e setembro/2012. Valor apurado: R\$ 134,88 (cento e trinta e quatro reais e oitenta e oito centavos). O IPSEMG, por meio do presente edital, notifica Robson Soares Fernandes por se encontrar em local incerto e não sabido, do débito de sua responsabilidade, relativo ao período informado, com os acréscimos legais, face ao disposto nas normas aplicáveis à espécie (art. 39 §§ 1º e 2º da Lei Federal 4.320/1964, art. 2º § 5º da Lei Federal 6.830/1980, art. 2.028 Código Civil). O débito em questão foi corrigido nos termos da legislação vigente, conforme planilha de cálculo, à disposição da interessada no Departamento de Arrecadação, com fulcro no art. 406 do Código Civil e art. 161 do Código Tributário Nacional e na Deliberação do Conselho Deliberativo 12/2004. Fica, portanto, V.S.ª, notificado a promover, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação deste, o pagamento do valor em favor do IPSEMG, por meio de Documento de Arrecadação Estadual visada pela autarquia ou, em igual prazo, firmar ajuste para o parcelamento do mesmo, nos termos da legislação vigente, ou ainda, no mesmo prazo, impugná-lo, sob a pena de revelia e reconhecimento do débito. Havendo impugnação, esta deverá ser endereçada à Diretoria de Planejamento Gestão e Finanças do IPSEMG, com menção ao Edital nº 13/2014, podendo ser protocolizada no Protocolo da Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves (Prédio Gerais 1º andar, Rod. Prof. Américo Gianetti, s/nº, Serra Verde, Belo Horizonte/MG, CEP 31.630-901), ou encaminhada ao mesmo endereço por via postal, com aviso de recebimento. A falta do pagamento, do parcelamento ou da impugnação no prazo citado, bem como a decisão denegatória de recurso em instância final, importará no encaminhamento do débito para inscrição em dívida ativa, conforme determinam as normas vigentes (art.16, §1º e 2º, da Lei Estadual 9.380/1986, arts. 1º ao 6º da Lei Estadual 13.404/1999, Decreto Estadual 26.562/1987). E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, foi expedido o presente edital e publicado na Imprensa Oficial. Carla Maria Santos Corrêa– Chefe do Departamento de Arrecadação.

Edital nº 14/2014. Fundamento: art. 39 §§ 1º e 2º da Lei Federal 4.320/1964 C/C art. 160 do Código Tributário Nacional, art. 406 do Código Civil, art. 161 Código Tributário Nacional, art. 2º § 5º da Lei Federal 6.830/1980, art. 2.028 Código Civil. Notificado: Luciana de Aguiar Guimarães. Período: maio/2011 a setembro/2011. Valor apurado: R\$ 1.094,70 (mil e noventa e quatro reais e setenta centavos). O IPSEMG, por meio do presente edital, notifica Luciana de Aguiar Guimarães por se encontrar em local incerto e não sabido, do débito de sua responsabilidade, relativo ao período informado, com os acréscimos legais, face ao disposto nas normas aplicáveis à espécie (art. 39 §§ 1º e 2º da Lei Federal 4.320/1964, art. 2º § 5º da Lei Federal 6.830/1980, art. 2.028 Código Civil). O débito em questão foi corrigido nos termos da legislação vigente, conforme planilha de cálculo, à disposição da interessada no Departamento de Arrecadação, com fulcro no art. 406 do Código Civil e art. 161 do Código Tributário Nacional e na Deliberação do Conselho Deliberativo 12/2004. Fica, portanto, V.S.ª, notificado a promover, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação deste, o pagamento do valor em favor do IPSEMG, por meio de Documento de Arrecadação Estadual visada pela autarquia ou, em igual prazo, firmar ajuste para o parcelamento do mesmo, nos termos da legislação vigente, ou ainda, no mesmo prazo, impugná-lo, sob a pena de revelia e reconhecimento do débito. Havendo impugnação, esta deverá ser endereçada à

Diretoria de Planejamento Gestão e Finanças do IPSEMG, com menção ao Edital nº 14/2014, podendo ser protocolizada no Protocolo da Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves (Prédio Gerais 1º andar, Rod. Prof. Américo Gianetti, s/nº, Serra Verde, Belo Horizonte/MG, CEP 31.630-901), ou encaminhada ao mesmo endereço por via postal, com aviso de recebimento. A falta do pagamento, do parcelamento ou da impugnação no prazo citado, bem como a decisão denegatória de recurso em instância final, importará no encaminhamento do débito para inscrição em dívida ativa, conforme determinam as normas vigentes (art.16, §1º e 2º, da Lei Estadual 9.380/1986, arts. 1º ao 6º da Lei Estadual 13.404/1999, Decreto Estadual 26.562/1987). E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, foi expedido o presente edital e publicado na Imprensa Oficial. Carla Maria Santos Corrêa– Chefe do Departamento de Arrecadação.

Edital nº 15/2014. Fundamento: art. 39 §§ 1º e 2º da Lei Federal 4.320/1964 C/C art. 160 do Código Tributário Nacional, art. 406 do Código Civil, art. 161 Código Tributário Nacional, art. 2º § 5º da Lei Federal 6.830/1980, art. 2.028 Código Civil. Notificado: Rosa Cristina Tadeu Jafar. Período: agosto/2010 a março/2011. Valor apurado: R\$ 628,85 (seiscentos e vinte e oito reais e oitenta centavos). O IPSEMG, por meio do presente edital, notifica Rosa Cristina Tadeu Jafar por se encontrar em local incerto e não sabido, do débito de sua responsabilidade, relativo ao período informado, com os acréscimos legais, face ao disposto nas normas aplicáveis à espécie (art. 39 §§ 1º e 2º da Lei Federal 4.320/1964, art. 2º § 5º da Lei Federal 6.830/1980, art. 2.028 Código Civil). O débito em questão foi corrigido nos termos da legislação vigente, conforme planilha de cálculo, à disposição da interessada no Departamento de Arrecadação, com fulcro no art. 406 do Código Civil e art. 161 do Código Tributário Nacional e na Deliberação do Conselho Deliberativo 12/2004. Fica, portanto, V.S.ª, notificado a promover, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação deste, o pagamento do valor em favor do IPSEMG, por meio de Documento de Arrecadação Estadual visada pela autarquia ou, em igual prazo, firmar ajuste para o parcelamento do mesmo, nos termos da legislação vigente, ou ainda, no mesmo prazo, impugná-lo, sob a pena de revelia e reconhecimento do débito. Havendo impugnação, esta deverá ser endereçada à Diretoria de Planejamento Gestão e Finanças do IPSEMG, com menção ao Edital nº 15/2014, podendo ser protocolizada no Protocolo da Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves (Prédio Gerais 1º andar, Rod. Prof. Américo Gianetti, s/nº, Serra Verde, Belo Horizonte/MG, CEP 31.630-901), ou encaminhada ao mesmo endereço por via postal, com aviso de recebimento. A falta do pagamento, do parcelamento ou da impugnação no prazo citado, bem como a decisão denegatória de recurso em instância final, importará no encaminhamento do débito para inscrição em dívida ativa, conforme determinam as normas vigentes (art.16, §1º e 2º, da Lei Estadual 9.380/1986, arts. 1º ao 6º da Lei Estadual 13.404/1999, Decreto Estadual 26.562/1987). E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, foi expedido o presente edital e publicado na Imprensa Oficial. Carla Maria Santos Corrêa– Chefe do Departamento de Arrecadação.

ATO DA DIRETORIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS - ADAILTON VIEIRA PEREIRA Assunto: Tatiana Oliveira Santos/Tatiana Santos Vicente impugna notificação de débito. No uso das atribuições conferidas pela Portaria 36/05, recebo a impugnação de fls. 71 a 112, por sua legitimidade e tempestividade para, no mérito, negar-lhe provimento, conforme manifestação da Procuradoria fls. 114 a 117. Em 04/04/2014.

Assunto: Almir Megali Filho impugna notificação de débito.No uso das atribuições conferidas pela Portaria 36/05, recebo a impugnação de fls. 27 a 90, por sua legitimidade e tempestividade para, no mérito, negar-lhe provimento, conforme manifestação da Procuradoria fls. 92 a 96. Em 04/04/2014.

Assunto: Marília Cândida do Couto impugna notificação de débito. No uso das atribuições conferidas pela Portaria 36/05, recebo a impugnação de fls. 40, por sua legitimidade e tempestividade para, no mérito, negar-lhe provimento, conforme manifestação do Departamento de Pagamento de Pessoal fls. 42 e 43. Em 04/04/2014.

Assunto: Cristhiano Carvalho Navarro impugna notificação de débito. No uso das atribuições conferidas pela Portaria 36/05, recebo a impugnação de fls. 60 a 65, por sua legitimidade e tempestividade para, no mérito, negar-lhe provimento, conforme manifestação da Procuradoria fls. 75 a 78 e do Departamento de Seguros fls. 79, 80 a 84. Em 04/04/2014.

Assunto: Alessandra Ignachitti Araújo Carvalho Navarro impugna notificação de débito.No uso das atribuições conferidas pela Portaria 36/05, recebo a impugnação de fls. 68 a 73, por sua legitimidade e tempestividade para, no mérito, negar-lhe provimento, conforme manifestação da Procuradoria fls. 75 a 78 e do Departamento de Seguros fls. 79, 80 a 84. Em 04/04/2014.

Assunto Gustavo Carvalho Navarro impugna notificação de débito. No uso das atribuições conferidas pela Portaria 36/05, recebo a impugnação de fls. 54 a 59, por sua legitimidade e tempestividade para, no mérito, negar-lhe provimento, conforme manifestação da Procuradoria fls. 75 a 78 e do Departamento de Seguros fls. 79, 80 a 84. Em 04/04/2014.

ATOS DO DEGEPE Remove nos termos do art. 80, da Lei 869,de 05/07/1952 os servidores: Masp 1073492-9, Ricardo Octávio de Sá B. Bahia, Auxiliar de Seguridade Social, nível V,grau A da: GECCMAS/DIPGF para: Agência Regional de Pedro Leopoldo/NUGER; Masp 1072422-7, Fernando da S. Souto, Auxiliar de Seguridade Social, nível V, grau A da: DEEC/ DIPGF para: Agência Regional de Salinas/NUGER; Masp 1073822-7, Rodrigo Lisboa Fernandes, Auxiliar de Seguridade Social, nível V, grau A da: GEAHOSP para: Agência Regional de Governador Valadares/ NUGER.

ATOS DO DEPARTAMENTO DE REGISTROS FUNCIONAIS - IRIS RAMIREZ TASSARA CALENZANI AUTORIZA AFASTAMENTO PARA GOZO DE FÉRIAS PRÊMIO, nos termos da Resolução SEPLAG nº 22, de 25/4/2003, aos servidores, a partir de 01/04/2014: Masp 1073775-7, Maria Geralda Domingues, por 1 mês, referente ao 2º quinquênio; a partir de 14/04/2014: Masp 1071996-1, Ronaldo L. Goes, por 1 mês, referente ao 5º quinquênio; Masp 1073781-5, Rosilene Aparecida Silva, por 1 mês, referente ao 2º quinquênio; Masp 1073275-8, Maria Célia F. da Mota, por 1 mês, referente ao 2º quinquênio.

AUTORIZA o pagamento do Adicional Noturno, observando o disposto no inciso V do art. 15, da Portaria nº 44/2013, aos servidores, a partir de 01/03/2014: Masp 1073373-1, Marcus Vinicius F. Lage; a partir de 02/03/2014: Masp 0350167-3, Beatriz M. Piedade.

REGISTRA opção por composição remuneratória, nos termos do inciso II, do artigo 20, da Lei Delegada 175 de 26/01/2007, à servidora: Masp 0351430-4, Carla Andrea B. Fraiha, pela remuneração do cargo efetivo de Agente Governamental, nível II, Grau J, acrescida de 50% do vencimento do Cargo Comissionado DA1-19 SE 1100018, a partir de 08/04/2014, data do requerimento.

AUTORIZO, observando o disposto no inciso V do artigo 15, da Portaria nº 044/2013, o pagamento da Ajuda de Custo à servidora: Masp 1071070-5, Iêda Carneiro de Araújo, no valor de um mês de vencimento.

Portaria Nº 008, de 9 de abril de 2014 Institui Comissão de Avaliação de Documentos. A Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais, no uso de atribuição que lhe confere o art. 17 do Decreto nº 46.617, de 30 de dezembro de 2013: Resolvo: Art. 1º Instituir comissão de avaliação de documentos dos servidores aprovados e nomeados no concurso público previsto nos editais 01 e 02 de 2013. Parágrafo único. Ficam designados os seguintes servidores para composição da comissão de que trata este artigo: I - Ciro Rubens Ornelas Guimarães, MASP 1070275-1; II - Lilian Machado Torres, MASP 1071068-9; III - Maria Helena de Avellar Coutinho, MASP 1071610-8; IV - Rizia Maria Cardoso de Almeida, MASP 1072197-5; V - Ângela Regina Motta Rocha, MASP 1071315-4; e VI - Ananias Paulo dos Santos, MASP 1072987-9. Art. 2º A presidência da comissão será exercida pelo servidor Ciro Rubens Ornelas Guimarães e, na sua ausência por Maria Helena de Avellar Coutinho, ficando assegurada, ao presidente a faculdade de convocar servidores para assessoramento técnico e subsídio de informações. Art.3º Esta Portaria entra vigor na data de sua publicação. Belo Horizonte, 9 de Abril de 2014. Jomara Alves da Silva – Presidente.

Secretaria de Estado de Fazenda

Secretário: Leonardo Maurício Colombini Lima

Expediente

RESOLUÇÃO Nº 4661, DE 9 DE ABRIL DE 2014 Dispõe sobre a forma e o prazo de pagamento da Taxa pela Utilização Potencial do Serviço de Extinção de Incêndio relativa ao exercício de 2014, o cadastramento das edificações não residenciais e, a cobrança proporcional referente ao exercício de 2013 no Município de Oliveira. O Secretário de Estado de Fazenda de Minas Gerais em exercício, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos §§ 3º e 4º do art. 28-A e no § 1º do art. 30, ambos do Regulamento das Taxas Estaduais, aprovado pelo Decreto nº 38.886, de 1º de julho de 1997, Resolvo: Seção I Do Objeto Art. 1º Esta Resolução estabelece, relativamente à Taxa pela Utilização Potencial do Serviço de Extinção de Incêndio prevista no item 2 da Tabela "B" do Regulamento das Taxas Estaduais, aprovado pelo Decreto nº 38.886, de 1º de julho de 1997: I - o cadastramento das edificações não residenciais para efeitos de cobrança da Taxa; II - a forma e o prazo de pagamento da Taxa referente ao exercício de 2014; III - a forma e o prazo de pagamento da Taxa referente ao exercício de 2013, em valores proporcionais, no Município de Oliveira. Seção II Do Cadastramento das Edificações Art. 2º O contribuinte da Taxa pela Utilização Potencial do Serviço de Extinção de Incêndio cuja edificação ainda não cadastrada se enquadre na classificação comercial ou industrial prevista nos incisos II e III do § 1º do art. 28-A do Regulamento das Taxas Estaduais, deverá cadastrar-se na Administração Fazendária mais próxima. Parágrafo único. Incluem-se na categoria comercial as edificações utilizadas para prestação de serviços de qualquer natureza, inclusive apartamento ou flat. Art. 3º Compete à Secretaria de Estado de Fazenda (SEF) e ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (CBMMG) realizarem, a qualquer momento, o cadastramento de ofício de quaisquer edificações localizadas no Estado e sujeitas à incidência da Taxa pela Utilização Potencial do Serviço de Extinção de Incêndio. Art. 4º Na hipótese de condomínio de lojas ou salas, para estabelecer a área de construção total da edificação, por unidade, será considerado o somatório das seguintes áreas: I - área privativa da unidade autônoma; II - área da vaga de garagem da unidade autônoma; e III - área comum, atribuída proporcionalmente à unidade autônoma. Art. 5º Para cálculo do Coeficiente de Risco de Incêndio, considerar-se-á a Carga de Incêndio Específica, prevista na NBR 14432 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) por CNAE, conforme tabela constante do Anexo II da Resolução nº 3.518, de 12 de abril de 2004. § 1º Para fins do disposto no caput, será considerada a CNAE, versão 2.1, constante do Anexo XIV do Regulamento do ICMS (RICMS), aprovado pelo Decreto nº. 43.080, de 13 de dezembro de 2002. § 2º A Carga de Incêndio Específica da ocupação de maior risco, conforme tabela constante do Anexo II da Resolução nº 3.518, de 2004, e a área construída total da edificação serão consideradas nas hipóteses em que: I - o contribuinte exercer mais de uma atividade na mesma edificação; II - na edificação ocupada por mais de um contribuinte, não seja possível quantificar a área construída de cada um deles. § 3º Na hipótese de contribuinte que possua Unidade Auxiliar, considerar-se-á a Carga de Incêndio Específica conforme tabela constante do Anexo II desta Resolução. Art. 6º A Secretaria de Estado de Fazenda atribuirá à cada edificação constante do Cadastro da Taxa de Incêndio um número identificador para controle. Seção III Do Prazo e da Forma de Recolhimento da Taxa Art. 7º O pagamento da Taxa pela Utilização Potencial do Serviço de Extinção de Incêndio referente ao exercício de 2014 será efetuado até o dia 30 de maio de 2014, relativamente às edificações localizadas em Município constante do Anexo I desta Resolução e nos demais Municípios que possuam Coeficiente de Risco de Incêndio igual ou superior a 2.000.000 MJ (dois milhões de megajoules). Art. 8º O pagamento da Taxa pela Utilização Potencial do Serviço de Extinção de Incêndio será efetuado nos bancos autorizados a receber tributos e demais receitas estaduais, mediante a utilização do Documento de Arrecadação Estadual (DAE) modelo 06.01.11, emitido pela Secretaria de Estado de Fazenda, ou pelo contribuinte, no endereço eletrônico da Secretaria de Estado de Fazenda na internet (www.fazenda.mg.gov.br). Seção IV Das Disposições Transitórias Art. 9º O pagamento da Taxa pela Utilização Potencial do Serviço de Extinção de Incêndio referente ao exercício de 2013, relativamente ao Município de Oliveira, será no dia 30 de maio de 2014 e terá o seu valor calculado proporcionalmente à razão de 5/12 (cinco doze avos). Art. 10. O contribuinte da Taxa pela Utilização Potencial do Serviço de Extinção de Incêndio que tenha, até as datas de vencimento estabelecidas nos arts. 7º e 9º desta Resolução, protocolizado pedido de alteração de dados necessários ao cálculo do valor da respectiva Taxa e que tenha seu pedido deferido pela Administração Fazendária poderá recolher o tributo até 18 de julho de 2014, sem encargos. Parágrafo único. Vencida a data limite para pagamento de que trata o caput deste artigo, os encargos serão calculados com base na data estabelecida nos arts. 7º e 9º desta Resolução. Art. 11. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Secretaria de Estado de Fazenda, aos 9 de abril de 2014, 226ª da Independência Mineira e 193ª da Independência do Brasil.

Anexo II (a que se refere o § 3º do art. 5º da Resolução nº 4661/2014)

Unidades Auxiliares	CIE
Almoxarifado	*
Centro Processamento de Dados	400
Centro de Treinamento	300
Depósito Fechado	*
Escritório Administrativo	700
Garagem	200
Oficina de reparação	300
Ponto de exposição	*
Posto de coleta	*
Sede Administrativa	700
Unidade de abastecimento combustível	300

7	067	Betim
8	090	Brumadinho
9	100	Caeté
10	125	Capim Branco
11	783	Confins
12	183	Conselheiro Lafaiete
13	186	Contagem
14	194	Coronel Fabriciano
15	209	Curvelo
16	216	Diamantina
17	223	Divinópolis
18	241	Esmeraldas
19	260	Florestal
20	261	Formiga
21	271	Frutal
22	277	Governador Valadares
23	298	Ibirité
24	301	Igarapé
25	313	Ipatinga
26	317	Itabira
27	322	Itaguara
28	324	Itajubá
29	337	Itaúcuçu
30	338	Itaúna
31	342	Ituútaba
32	346	Jaboticatubas
33	351	Janaúba
34	352	Januária
35	740	Juatuba
36	367	Juiz de Fora
37	376	Lagoa Santa
38	382	Lavras
39	394	Manhuaçu
40	809	Mário Campos
41	407	Mateus Leme
42	411	Matозinhos
43	433	Montes Claros
44	439	Muriae
45	448	Nova Lima
46	452	Nova Serrana
47	366	Nova União
48	456	Oliveira
49	461	Ouro Preto
50	471	Para de Minas
51	479	Passos
52	480	Patos de Minas
53	481	Patrocínio
54	493	Pedro Leopoldo
55	512	Pirapora
56	515	Pium-i
57	518	Poços de Caldas
58	521	Ponte Nova
59	525	Pouso Alegre
60	539	Raposos
61	546	Ribeirão das Neves
62	548	Rio Acima
63	553	Rio Manso
64	567	Sabará
65	578	Santa Luzia
66	758	Santana do Paraíso
67	625	São João del Rei
68	846	São Joaquim de Bicas
69	763	São José da Lapa
70	637	São Lourenço
71	647	São Sebastião do Paraíso
72	850	Sarzedo
73	672	Sete Lagoas
74	683	Taquaraçu de Minas
75	686	Teófilo Otoni
76	687	Timóteo
77	693	Três Corações
78	699	Ubá
79	701	Uberaba
80	702	Uberlândia
81	704	Unaí
82	707	Varginha
83	712	Vespasiano

* As CIE específicas para almoxarifados, depósitos fechados, pontos de exposição e postos de coleta serão definidas de acordo com a CNAE do estabelecimento de origem

Superintendência de Arrecadação e Informações Fiscais

EDITAL 006.324/2014 SUPERINTENDÊNCIA DE ARRECAÇÃO E INFORMAÇÕES FISCAIS-SAIF DIRETORIA DE CADASTROS, ARRECAÇÃO E COBRANÇA – DICAC INTIMACAO

Tendo em vista, o Despacho nº 1.189 do Superintendente de Abastecimento da Agência Nacional de Petróleo de 08/10/2013, publicado no Diário Oficial da União de 09/10/2013, que promoveu a revogação da autorização e ainda o descumprimento do disposto no art. 16, incisos III, V e XIII, e art. 21, §2º, inciso II, da Lei nº 6.763/75, combinado com os art. 96, incisos IV e V, 109 e 111 da Parte Geral e art. 43 da Parte 1 do Anexo XV, todos do RICMS/02 aprovado pelo Decreto nº 43.080/02, fica o contribuinte abaixo relacionado representado por seus respectivos sócios, INTIMADO a apresentar ao Núcleo de Contribuintes Externos do ICMS/ST de sua circunscrição, no prazo de 10(dez) dias contados da data da publicação desta, a documentação fiscal em seu poder, relativamente às suas obrigações como substituto tributário mineiro, sob pena de ter sua inscrição cancelada de ofício com base no disposto no art. 108, § 4º e 7º, da Parte Geral, e art. 43 da Parte 1 do Anexo XV, todos do RICMS/02. Município de Belo Horizonte. Inscrição Estadual Nome Empresarial 367730590.0045 TRANSO COMBUSTIVEIS LTDA Quarta-feira, 9 de Abril de 2014. Diretor: Leonardo Guerra Ribeiro